



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

A POTÊNCIA DO ESPAÇO POLÍTICO DAS RUAS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

THE POTENCY OF THE POLITICAL SPACE OF THE STREETS: AN ANALYSIS OF THE IMPACTS OF THE BRAZIL'S JUNE DAYS OF 2013

(Recebido em 11-05-2021; Aceito em 19-05-2022)

Sergio Silva Borges

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil
sergioborges25@gmail.com

Resumo

No início de junho de 2013, dezenas de estudantes e usuários de transporte público saíram às ruas, em diversas partes do Brasil, para protestar contra aumentos na tarifa do transporte coletivo. Após uma semana e meia de manifestações, os protestos não apenas se espalharam pelas grandes e médias cidades, como também assumiram um caráter mais amplo, abrangendo temas como o direito de protestar. O apoio geral às manifestações aumentou quando excessiva força policial foi documentada nas mídias sociais e nos sites de mídia alternativa. Com este apoio crescente, o foco dos protestos expandiu-se novamente para abordar a má qualidade dos serviços públicos, a má gestão pelos governos, a corrupção e o imenso montante de recurso público investido em "megaeventos", como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Conhecidas como Jornadas de Junho de 2013 (JJ-2013), esse movimento de protesto foi a segunda maior onda de manifestações realizadas no país após o fim da ditadura militar (1985), e simbolizou o fim da quietude política que há tempos anestesiava as mobilizações políticas no país. O retorno de marchas às ruas e praças representou a redescoberta da potência da rua (e espaços abertos da cidade) enquanto espaço político. Apoiado nessa premissa, argumenta-se que a rua, espaço do confronto político e da ação política, possui uma potência política de instituir efeitos – impactos políticos. Nessa perspectiva, este trabalho analisa a relação e a conexão entre as ruas e os espaços dos poderes constituídos. O principal objetivo é avaliar e fazer um balanço entre as demandas dos manifestantes e a repercussão dessas nos espaços institucionais. Para isso, fez-se uma minuciosa análise, a partir do levantamento de medidas e proposições legislativas anunciadas e adotadas pelos poderes legislativos e pelo poder executivo durante o período de junho a dezembro de 2013. Passados oito anos desde o fim das JJ-2013, buscou-se, também, avaliar a sustentabilidade ou a durabilidade dos impactos políticos instituídos relacionados às manifestações.

Palavras-chave: Espaço político; Jornadas de Junho de 2013; Potência política; Impacto político.

Abstract

In early June 2013, dozens students and public transportation users took to the streets in various parts of Brazil to protest against increases in public transportation fares. After a week and a half of demonstrations, the protests not only spread to large and medium-sized cities, but also took on a broader character, covering issues such as severe police repression against protesters, and the right to protest. Thereafter, general support for protesters increased when excessive police force was documented on social media and on alternative media sites. With this growing support, the focus of the protests expanded again to address the poor quality of public services, public sector mismanagement, government corruption and the immense public investment in "mega-events" such as the World Cup in 2014 and the 2016 Olympic Games. Known as the June Days of 2013 (JJ-2013), this protest movement was the second largest wave of demonstrations held in the country after the end of military dictatorship (1985) and symbolized the end of the political quietness that had long anesthetized political mobilizations in the country. The return of marches to the streets and squares represented the rediscovery of the potency of the street (and open spaces in the city) as a political space. Based on this premise, it is argued here that the street, a space of political confrontation and political action, has a political potency to institute effects - political impacts. In this perspective, this work analyzes the relationship and the connection between the streets and the spaces of the constituted powers. The main objective is to assess and make a balance between the demands of the protesters and their repercussions in institutional spaces. For this, a thorough analysis was carried out, based on the survey of legislative measures and proposals announced and adopted by the legislative and executive powers during the period from June to December 2013. After eight years since the end of JJ-2013, it also sought to evaluate the sustainability or durability of the instituted political impacts related to the demonstrations.

Keywords: Political space; June Days of 2013; Political potency; Political outcome.

Introdução

O início do século XXI foi marcado por uma onda de mobilizações políticas em todo o mundo (e.g., “Revolução” da Islândia, 2008; Primavera Árabe, 2011; Los Indignados, 2012) – Figura 01. Esses protestos tiveram diversos desdobramentos e, em alguns casos, além de terem impactado a sociedade também influenciaram a política institucional (BORGES, 2020).

O Brasil não ficou incólume a esse movimento global de protestos. Em 2013 ocorreu a terceira maior mobilização política da história recente do país¹ e alguns dos maiores episódios de confronto políticos ocorridos desde o fim da ditadura militar (1985). Tais protestos sacudiram o cenário político nacional e impactaram a vida política recente do país.

Conhecido como “Jornadas de Junho de 2013” (JJ-2013), esse movimento de protesto foi, inicialmente, uma reação ao aumento das tarifas de transporte público, à baixa qualidade dos serviços públicos (transporte, saúde e educação), aos escândalos de corrupção e aos gastos do governo federal em “megaeventos” – a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão de 2016.

¹ A primeira é conhecida como Diretas Já, foi um movimento popular ocorrido entre os anos de 1983 e 1984, durante o regime militar, que defendia a aprovação, no Congresso Nacional, da Emenda Constitucional 05/1983, cujo objetivo era a realização de eleições presidenciais diretas em 1985; a segunda mobilização foi o movimento Caras Pintadas, ocorrido em 1992, pelo impeachment de Fernando Collor, na época presidente do país.

A análise das Jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos políticos reforçam a tese segundo a qual a rua, quando transformada em espaço de protesto – de ação política –, ela é convertida em um espaço político aberto (Castro, 2018a, 2018b; Borges, 2018, 2020). Em outros termos, diz-se que ruas e praças, espaços de sociabilidade e do cotidiano social, são transformadas pela ação do manifestante (ativista e cidadão comum) em lugares de engajamento cívico ou da cidadania ativa (BORGES, 2018; BORGES, 2020).

Assim, inspirado nesse suposto, argumento aqui que há uma potência política nas ruas – espaços de protesto, e apresento evidências empíricas para apoiar a ideia de que a ação do manifestante tem desdobramentos político-sociais, que se traduzem em impactos político-institucionais tanto na agenda política e no comportamento de *decision makers* (decisores políticos) quanto nas decisões legislativas e executivas dos governos.

Pesquisas anteriores sobre protestos e movimentos sociais tendiam a se concentrar nas implicações culturais do protesto, prestando mais atenção a questões como: identidade coletiva, emoções, produção de significado para organizadores, ativistas, antagonistas, participantes e observadores, a exemplo dos trabalhos de Jasper (2016), Melina (2014) e Mellucci (1996).

A análise aqui apresentada muda o foco da atenção, sobre a política contenciosa, para os resultados políticos dos protestos. De modo específico, este trabalho investiga em que grau os manifestantes influenciaram a agenda política nacional, através da transformação da rua em um espaço de significado político - um espaço político aberto.

O argumento central é que, em 2013, as ruas das cidades brasileiras foram convertidas em espaços políticos, corroborando a ideia segundo a qual espaços abertos das cidades constituem potenciais recursos político-democráticos e que há uma conexão desses com os espaços políticos de decisão governamental (prefeitura, câmaras municipais, governos estaduais, congresso nacional e presidência).

As evidências empíricas usadas nesta pesquisa incluem fontes primárias e secundárias obtidas, sobretudo, por meio da sistematização e análise de projetos de leis, anúncios presidenciais e legislação bem-sucedida e mal-sucedida no Congresso Nacional, além de entrevistas realizadas com atores políticos.

A análise mostra que as ruas das Jornadas de Junho de 2013 foram bem-sucedidas em desafiar autoridades e mudar, ainda que minimamente, o curso das ações dos governos, agendas de trabalhos e decisões, a exemplo da rejeição da PEC 37/2011 (PEC da Impunidade) e o projeto da “Cura Gay” (PDC 234/11). Ambos serão detalhados no decorrer do trabalho.

Muito embora as JJ-2013 não tenham produzido as mudanças estruturais desejadas pelos manifestantes, como ampla reforma política ou Tarifa Zero – principal objetivo do Movimento Passe Livre (MPL), buscou-se aqui atualizar e verificar a longevidade de outros impactos políticos relacionados às manifestações, como também averiguar o andamento de propostas que versão sobre demandas dos manifestantes, mas cuja tramitação não havia sido concluída em 2013.

Assim, o artigo está estruturado em três seções. Na primeira parte, após a introdução, faz-se uma breve contextualização sobre a onda de confronto político ocorrida na história recente e discute-se a ideia de potência dos espaços políticos das ruas, argumentando que a rua é, no mundo contemporâneo, um recurso político importante para a instituição de mudanças (culturais, políticas e sociais).

Na segunda seção, apresenta-se os resultados empíricos de uma investigação minuciosa sobre os desdobramentos político-institucionais da Jornada de Junho de 2013 até o presente. Na terceira e última parte, buscou-se destacar que o espaço político da rua é suporte material e simbólico no processo da política contenciosa.

As ruas e os indignados na política contenciosa contemporânea

Um estado simultâneo de perplexidade e êxtase incidiu sobre aqueles que, a partir 2008, foram arrebatados pelos acontecimentos responsáveis por romper com a quietude política que anestesiava as mobilizações políticas em todo o mundo. Assistiu-se, desde então, ao despertar de multidões e à eclosão sucessiva de levantes, sublevações, protestos de massa, ebullições sociais, mobilizações políticas e ondas de manifestações de rua que se espalharam por todas as partes do mundo.

Esses atos, eventos políticos reativos, sacudiram o cenário político mundial, transformaram as paisagens de cidades e perturbaram o cotidiano social, diário, de milhares de indivíduos, e trouxeram à tona temas que gravitam em torno do debate democrático contemporâneo – crise na representação política, legitimidade democrática e aumento das desigualdades sociais (ROSANVALLON, 2019).

Massivos protestos ocorreram primeiro em 2008, na Islândia – *Iceland's Revolution*, mais conhecidos como Revolução dos Panelaços, em reação à crise financeira no país e má gestão pública, e se estenderam por 2009 e 2010, com impactos significativos na sociedade e na política institucional do país.

Também, em 2010, manifestantes ocuparam praças e ruas e confrontaram forças repressoras no Norte da África e no Oriente Médio, no movimento conhecido como Primavera Árabe (Revolução do Jasmim, Revolução de Lótus e ou Revolução do Nilo). Esses levantes ocuparam um lugar de destaque nos noticiários nacionais e internacionais, repercutindo em todas as partes do mundo.

Em livro dedicado à análise da efusão desse ciclo de protestos, Jasper (2016) argumenta que esses atos têm em si o potencial capaz de realizar mudanças importantes na sociedade; podem influenciar políticas em diferentes estágios, ao passo que também são parte da própria mudança da sociedade.

Nessa mesma perspectiva, Tarrow (2011) defende que os confrontos políticos, a exemplo dos movimentos americanos por direitos civis, pacifistas, ambientalistas e feministas do século XX, e as revoltas antiautoritários na Europa e no Terceiro Mundo, obtiveram sucesso, isto é, foram bem sucedidos, mesmo quando não tiveram grande êxito atingindo o impacto político almejado eles engendraram mudanças culturais, sociais e políticas importantes em todo o mundo.

Apoiado nessa premissa, o argumento defendido aqui é que a rua é, no mundo contemporâneo, um espaço político aberto (CASTRO, 2018a;2018b) à participação ou ação política ativa de grupos de indivíduos unidos por um desejo em comum. Nesse sentido, considera-se a rua como uma arena política de pressão popular, de expressão de insatisfações e de manifestação da vontade coletiva por mudanças.

A rua (e ou a praça) transmuta-se, em certos momentos, em um espaço político aberto (BORGES, 2020, 2018; CASTRO, 2018A,2018B; MACHADO FILHO, 2017), uma arena política da ação coletiva ou espaço do confronto político, onde atividades rotineiras e práticas cotidianas saem de cena, ou são deslocadas para o plano de fundo e dão lugar à coreopolíticas e performances contenciosas, que fundem comunicação, estética e política.

Manifestantes têm ocupado ruas e praças, espaços abertos das cidades, têm partilhado espaços públicos de sociabilidade, transformado espaços e paisagens urbanas. No de ato manifestar indivíduos (cidadãos) se utilizam da planta linguística que é a *urbe* e de cristalizações fixas do espaço urbano (formas simbólicas e concretas do ambiente construído) ao mesmo tempo em que esses elementos espaciais interagem com práticas sociais (táticas, performances e coreografias políticas) realizadas nos espaços da cidade; essas formas orientam ou condicionam a construção de narrativas, discursos, representações e, portanto, a ação do cidadão indignado – manifestante.

Nessa perspectiva, a rua (e a praça) é o espaço material e simbólico da esfera pública política. É onde se dá a projeção de mensagens públicas (palavras, imagens e coreografias); é o espaço de práticas estéticas e práticas políticas². Manifestantes constroem e emitem recados (reivindicações) – opinião pública de um coletivo –, cujos alvos são as instituições políticas; desejam com isso obter algum efeito sobre o governo. Todo esse processo comunicativo é, também, estético e político.

² A relação entre estética e política é discutida por Jacques Rancière (2005).

Com base nesse entendimento, acredita-se que a ação política contenciosa, representada pelos eventos políticos reativos recentes, envolve um processo complexo (confronto político) que se inicia com a mobilização ou organização, passa pela realização do ato (ocupação de ruas e praças, realização de coreografias, expressão de mensagens...), negociação com os poderes constituídos até chegar aos efeitos políticos conquistados ou não (resultados).

A análise desse processo colocará em evidência os espaços políticos abertos e os laços existentes entre eles e os espaços políticos exclusivos – as instituições do poder instituído. Nesse sentido, o estudo das manifestações e dos protestos de ruas servirá para revelar as espacialidades do confronto político e o papel dos espaços políticos abertos para as sociedades contemporâneas.

Há de se acrescentar que “vista do palácio, a praça [e ou a rua] é o lugar da liberdade silenciosa; vista da praça, o palácio é o lugar do arbitrio do poder” (BOBBIO, 1986). Conforme pensou Norberto Bobbio, politólogo e filósofo italiano, acredita-se que o apoio ou a rejeição da sociedade às ações do governo se tornam explícitas nas ruas; logo, é na rua onde movimentos por mudanças ganham forma e substância; a rua é, desse modo, vista por determinados governantes como o lugar onde se preserva determinada situação social; nela deve reinar a ordem e o silêncio, de modo que qualquer agitação ou o romper da quietude, pelas vozes incontestes das massas, despertará a atenção do palácio.

Nenhum governante deseja que as ruas e praças sejam tomadas e ocupadas por indivíduos insatisfeitos, à exceção de que seja apenas para acenar e saudar o líder em sinal de apoio e contento com o estabelecido. O descontentamento social, simbolizado pelo barulho das ruas e pela suspensão da ordem cotidiana desses espaços provoca incômodo no e do palácio e desperta a ira do soberano.

É válido mencionar que, raríssimas exceções, os atos políticos reativos – protestos e manifestações de rua – conquistam tudo o que deseja do palácio, mas todos eles têm um objetivo e se utilizam das ruas enquanto espaços políticos e arenas de lutas, para pressionar e tentar influenciar a agenda política e as decisões governamentais.

A efusão desses protestos e manifestações de rua nos últimos anos figura como fenômenos políticos empíricos passíveis de serem tomados como estudos de caso, cujo intuito é analisar: o papel dos espaços políticos para e nas sociedades contemporâneas, o uso dos espaços políticos abertos – ruas e praças, e os resultados alcançados por eles (o saldo e o legado), com o objetivo de chamar atenção para a importância desses espaços.

Nessa direção, o propósito do trabalho foi investigar as manifestações iniciadas em Junho de 2013, no Brasil. Buscou-se pôr em evidência as conexões existentes entre as ruas e os espaços políticos institucionais, além de reafirmar a importância dos espaços públicos e políticos no mundo

contemporâneo – momento da era digital, do mundo em rede e da “sociedade virtual” –, para as estratégias de mobilização e ação política, o que contraria as teses que sobrevalorizam o papel de redes sociais virtuais.

É inegável a importância das novas tecnologias de informação e comunicação para a articulação e mobilização de indivíduos e para a ação coletiva, conforme revelam diversos autores. De fato, estas representam uma importante mudança na forma dos indivíduos se comunicarem (Tognazzi, 2014) e interagirem, mas, no entanto, estar-se de acordo com Sorj (2014) quando este diz que a *internet* não substitui a rua, de modo que as redes virtuais expressam as ruas e não eliminam a importância dos espaços públicos (SERPA, 2013) e dos espaços políticos aberto.

Estes se constituem no espaço do enfrentamento político, espaços da exposição pública de reivindicações, de expressão de descontentamentos, de repressão policial e de comunicação de uma opinião pública cuja finalidade é produzir um efeito político. A manifestação é, sob essa ótica, um processo político-espacial.

Na perspectiva de Tilly (2000), essa ação política contenciosa ocorre em um local, um espaço material e simbólico que é ocupado, onde a configuração geográfica deste espaço político aberto oferecerá oportunidades ou limitações à manifestação. Espaços esses que têm como base os lugares concretos da vida cotidiana, locais de rotinas espaciais cujo simbolismo e significado político são tributários dos processos históricos de enfrentamentos políticos.

Com base nessa discussão feita até aqui, buscar-se-á, nas próximas seções, aprofundar o debate teórico-conceitual que gravita em torno dos eventos políticos reativos e apresentar elementos empíricos que corroboram as ideias que até aqui foram sucintamente introduzidas. Ver-se-á que a rua (e a praça) é transformada, pela ação política contenciosa, em espaços políticos abertos, onde a ação política organizada da sociedade civil mais e melhor se exprime.

Impactos político-institucionais das Jornadas de Junho de 2013

As manifestações de rua que sacudiram diversas cidades do mundo a partir de 2010 são consideradas como eventos políticos reativos ou reações conjunturais coletivas e públicas³ (SCHERER-WARREN, 2014). Estes fenômenos político e social também podem ser interpretados, a priori, como a reconquista de ruas e praças ou como um processo de ampliação e retomada da esfera pública política.

³ Esses fenômenos constituem aquilo que McAdam,Tarrow e Tilly definiram como *contentious politics* (política contenciosa).

Esse retorno de marchas e mobilizações políticas às ruas e praças tem, desde então, agitado o cotidiano de diversas cidades espalhadas por todas as partes do globo e posto em evidência tensões e conflitos existentes entre Estado e sociedade civil; além disso, esses eventos dão visibilidade às conexões entre o espaço político aberto (instituinte – ruas e praças) e o espaço político exclusivo (instituído – palácio e congresso).

Notamos, em diversos estudos que analisam as revoluções, as manifestações de rua e os protestos de massa a presença de uma grande ênfase dada à importância das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) – redes móveis e mídia digital – para à organização e ocorrência desses fenômenos políticos.

No entanto, Castell (2014) ao analisar as insurreições árabes identifica a existência de um modelo de organização em comum entre os levantes: “convocações pela internet, constituição de redes no ciberespaço e **apelos pela ocupação do espaço urbano**”, que também se aplica a diversos outros eventos (p. 78. Grifos nossos).

No entanto, malgrado a demasiada importância conferida às redes sociais virtuais, para Harvey (2012) é a presença de indivíduos nas ruas e praças e a conversão desses espaços públicos em um *political commons* – “um lugar aberto para discussão e debate sobre o que o poder [representantes políticos] está fazendo e qual a melhor maneira de se opor a ele”⁴ (HARVEY, 2012, p. 161)

Sobre os maciços protestos na Praça Tahrir, no Centro do Cairo, capital do Egito, em 2011, responsáveis pela retirada de Hosni Mubarak do Palácio, Harvey (2012) assevera o que para ele era uma obviedade: “que são os corpos na rua e nas praças, e não o burburinho de sentimentos no Twitter ou Facebook que realmente importam”⁵ (HARVEY, 2012, p. 162). Manuel Castells⁶ também reforça a tese de Harvey quando esse autor diz que os protestos e os manifestantes “só se tornam visíveis e passam a existir de fato quando tomam as ruas”.

Outro fato curioso é que a análise da relação sociedade civil e instituições políticas também ficou em segundo ou terceiro plano, não sendo, até então, devidamente incorporada à agenda de pesquisa da Geografia e demais ciências sociais e humanas. Talvez isso se explique pelo fato de poucos geógrafos terem se interessados em interpretar essas mobilizações políticas recentes e a revelar a espacialidade intrínseca a esses eventos.

⁴ No original: “[...] to convert public space into a political commons-a place for open discussion and debate over what that power is doing and how best to oppose its reach”. (Tradução livre)

⁵ No original: “[...] that it is bodies on the street and in the squares, not the babble of sentiments on Twitter or Facebook, that really matter”.(Tradução livre)

⁶ Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/o-que-ha-em-comum-entre-a-avenida-paulista-e-a-praca-taksim.html>. Acessado em 09 de maio de 2017.

Em decorrência disso, não há, na disciplina, há uma limitada discussão conceitual ampla a respeito do conceito espaço político e, por sua vez, há uma ausência de estudos empíricos sobre o uso político de ruas e praças de cidades no mundo contemporâneo e sobre as transformações destes em espaços políticos abertos para a pressão popular e para a obtenção de importantes mudanças políticas e sociais.

Consideramos as ruas e praças, “espaços públicos do cotidiano social que se metamorfoseiam em arenas de demandas, conflitos e ação o que os investe de evidente caráter político” como espaços políticos abertos (CASTRO, 2018A) e que em um cenário político de crescente descontentamento, desconfiança e rejeição às instituições políticas tradicionais e aos pactos políticos vigentes, é lícito pensar qual é o papel dos espaços políticos abertos para as sociedades democráticas e não democráticas e como essas mobilizações políticas se utilizam das geografias das cidades, transformam ruas e praças em espaços de discussão e de construção de discursos, ou seja, lugares de formação e transmissão de uma opinião pública que visa influenciar as decisões e a agenda governamental.

Deve-se se salientar que no jogo da política “impôr uma agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes significa ganhar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover” (OLIVEIRA⁷, 2007, p.15), de modo que também é importante investigar os desdobramentos desses eventos e fazer um balanço sobre os resultados, verificar se houve conquistas ou não.

Nesse sentido, é possível e necessário avançar na direção de um conceito de espaço político operacional às pesquisas em Geografia e ciências sociais. Estamos nos referindo aos espaços políticos abertos como um importante objeto de reflexão para a disciplina devido às diversas possibilidades de tratar a dimensão espacial dos fatos políticos do mundo contemporâneo.

Em face disso, buscou-se aqui explicitar a relação e a indissociabilidade entre esses espaços da política, no contexto das Jornadas de Junho de 2013, e destacar a conexão entre os espaços do poder instituinte e do poder instituído. Para isso, empreendeu-se em um esforço de categorizar as “vozes das ruas” – demandas – em temas: saúde, corrupção, reforma política e ou administrativa etc.

Em seguida, fez-se um balanço, a partir do levantamento de medidas e proposições anunciadas, apreciadas e adotadas pelo poder legislativo e pelo poder executivo durante o período que compreendeu o auge e o declínio das manifestações em 2013 (junho-dezembro). Com base na análise sistemática dessas iniciativas legislativas, apresentadas e discutidas no Congresso Nacional durante

⁷ Com base no sentido atribuído à política por Jacques Racière em *O desentendimento: política e filosofia*. A política é, nesses termos, uma relação de poder – poder de realizar algo – e a ação coletiva contenciosa busca promover um efeito político, isto é, alcançar um objetivo – atingir um efeito.

todo o período de ocorrência das manifestações, revela-se a repercussão dos protestos na Câmara dos Deputados e no Senado.

A escolha das proposições ou iniciativas legislativas⁸ se deu por conta da importância que cada uma delas possui enquanto instrumentos legais de força institucional e normativa, bem como por sua escala de abrangência nacional, pelo seu poder em regular ou modificar dispositivos constitucionais importantes, além de abarcarem diversos temas e tipos de políticas de amplo interesse político e social.

Algumas dessas ações não se traduzem, necessariamente, em conquistas efetivas, mas simbolizam a conexão existente entre a sociedade civil organizada e as instituições políticas, e revelam a potência políticas das ruas. Nessa direção, observou-se que as manifestações e demandas dos manifestantes foram utilizadas, por alguns parlamentares, como justificativas para propostas por eles apresentadas no Congresso (Quadro 01) em 2013.

⁸ PEC - Proposta de Emenda à Constituição, PLP - Projeto de Lei Complementar, PL - Projeto de Lei, RCP - Requerimento de Instituição de CPI.

Quadro 01: Conexão entre os espaços políticos: repercussão no Congresso Nacional das JJ-2013

Proposta Legislativa	Data	Teor	Proponente	Justificativa	Resultado
PEC 362/2013	12/04/2013	Criar o Conselho Nacional de Combate à Corrupção.	Beto Albuquerque - PSB/RS	Atos contra a corrupção no país e defesa de uma representação política ética e moral	Em tramitação.
PEC 356/2013	27/11/2013	Tornar facultativo o voto e o alistamento eleitoral.	João Campos - PSDB/GO	Manifestações populares de junho último, que levaram milhões de insatisfeitos às ruas e deram visibilidade à crise de representação.	Rejeitado.
PEC 334/2013	23/10/2013	Tornar facultativos o alistamento eleitoral e o voto.	Sandro Alex - PPS/PR	As manifestações de rua ocorridas no Brasil nos meses de junho e julho de 2013 despertaram a necessidade, entre as tantas reformas necessárias, de alterar o atual paradigma vigente no sistema político eleitoral.	Rejeitado.
PEC 329/2013	17/10/2013	Altera a forma de composição dos Tribunais de Contas; submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências.	Francisco Praciano - PT/AM	O grito que veio das ruas, em junho deste ano de 2013, reverbera basicamente os efeitos da péssima governança que marca como regra a administração pública brasileira.	Em tramitação.

Continua

PEC 310/2013	10/09/2013	Altera a redação do inciso IV, e parágrafo único do Artigo 158 da Constituição Federal, destinando 75% do recolhimento do ICMS aos municípios.	Rose de Freitas - PMDB/ES	A população sai as ruas aos milhares cobrando dos governantes, melhor saúde, transporte e educação.	Apensado a outros projetos, que foram arquivados.
PL 6002/2013	17/07/2013	Regulamenta o inciso I do § 3º do art. 37 da Constituição, dispondo sobre a apresentação, o encaminhamento e o processamento de reclamações oriundas de usuários de serviços públicos, bem como sobre a avaliação periódica, interna e externa, da eficiência dos referidos serviços, e dá outras providências.	Rubens Bueno - PPS/PR	A insatisfação dos brasileiros com os serviços públicos que lhe são prestados parece ter vindo à tona de forma abrupta e inesperada, ante a virulência das recentes manifestações populares, mas a verdade é que há muito tempo se registra neste país um completo divórcio entre as expectativas dos usuários de serviços públicos e a qualidade do atendimento a eles dirigido.	Arquivador em 2019.
PL 6097/2013	14/08/2013	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa) e dá outras providências.	Bernardo Santana de Vasconcellos - PR/MG	“Com esse sentimento proponho o presente projeto de lei, que traz medidas que visam atender a essa demanda que vem das ruas.”	Arquivado em 2015.

Continua

PL 6077/2013	08/09/2013	Altera os arts. 23, § 1º, incisos I e II; 24; e 81, caput e § 1º, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997; arts. 31; 38, inciso III; e 39 caput e § 5º, da Lei nº 9.096, de 17 de setembro de 1995, para estabelecer novos limites de contribuição das pessoas físicas a partidos políticos e campanhas eleitorais e vedar as contribuições de pessoas jurídicas.	Domingos Dutra - PT/MA	“A proposta de reforma política anunciada pela Presidenta Dilma em resposta às legítimas manifestações de ruas foi recusada pela maioria das lideranças políticas, que preferiram constituir um grupo de trabalho para apresentar um texto de reforma política, que se aprovada pelo Congresso será submetida ao referendo no pleito de 2014.”	Apensado a outros projeto, que está em tramitação.
PL 6314/2013	09/10/2013	Dispõe sobre a destinação dos recursos do Fundo Partidário para o setor jovem dos partidos políticos.	Wilson Filho - PMDB/PB	As manifestações de rua dos últimos meses demonstram a importância do aperfeiçoamento dos canais institucionalizados para a participação política permanente de nossos jovens nas organizações partidárias existentes ou que venham a ser construídas.	Apensado a outros projeto, que está em tramitação.

Fonte: O autor (2021)

Termina.

Após quase uma década depois do início dos protestos, buscou-se avaliar os desdobramentos daquelas proposições apresentadas em 2013 no Congresso Nacional (Quadro 1), por políticos que pegaram carona na retumbância das vozes das ruas, cujo objetivo foi aprovar projetos e leis que contemplassem as demandas dos manifestantes ou simplesmente demonstrar atenção e sensibilidade às manifestações e aumentar o capital político em futuras eleições.

Por meio de uma minuciosa análise, realizada ao longo do período 2016-2021, verificou-se que de um total de 11 proposições introduzidas no Congresso em 2013 nenhum projeto foi aprovado e cinco ainda estão em tramitação, enquanto dois foram rejeitados e quatro foram arquivados.

Assim, embora haja uma potência política e uma conexão entre os espaços políticos das ruas e os espaços políticos exclusivos, o parlamento, nota-se que esse vínculo é mais explícito durante os episódios de confronto político. Por sua vez, uma interpretação mais acurada sobre os resultados da tramitação dessas proposições no Congresso merece mais espaço e atenção em um próximo estudo.

Também, ao mesmo passo que o poder executivo foi interpelado pelos espaços políticos das Jornadas de Junho de 2013, o governo federal, na figura da presidência, anunciou um “pacto a favor do Brasil” em respostas ao clamor emanado das ruas (Quadro 02).

Quadro 02: Medidas anunciadas pelo poder executivo em relação às demandas das JJ-2013

Data	Medida	Objetivo
21 de Junho de 2013	O Governo cobrou do Congresso a aprovação da MPV 592/2012	MPV 592/2012 destina 100% dos royalties do petróleo para a educação.
24 de Junho de 2013	Proposta de Plebiscito para Constituinte da Reforma Política.	Autoriza o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política.
21 de Junho de 2013	Anúncio do Plano Nacional de Mobilidade Urbana	Maior investimento em programas que privilegie o transporte público.
08 de Junho de 2013	Programa Mais Médico.	Atender à demanda por médicos em municípios do interior, áreas isoladas e periferias de grandes cidades.
20 de Junho de 2013	Pacto pela responsabilidade fiscal.	Objetivo de garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação.

Fonte: O autor (2021).

Todavia, em 2016, a presidente da república, Dilma Rousseff, foi alvo de um processo de *impeachment* e apenas uma medida específica, existente no pacto anunciado em 2013, foi parcialmente cumprida – o Programa Mais Médico, responsável pela vinda de médicos estrangeiros, especialmente de Cuba, para atuar no país, e suprir ou reduzir a ausência de médicos em

determinadas regiões do país. Nenhuma outra medida constante no pacto foi efetivada depois da interrupção do mandado presidencial.

No Quadro 03 é possível verificar que projetos ou iniciativas também foram aprovados ou recusados após as pressões dos manifestantes. A análise desses documentos revela que o debate legislativo e executivo absorveu, em certa medida, os temas e demandas das Jornadas de Junho de 2013 e, em alguns casos, a agenda governamental foi, ainda que minimamente, influenciada pelas reivindicações das ruas.

Dada a impossibilidade de discutir de modo detalhado cada projeto apresentado no quadro 03, optou-se por destacar duas propostas legislativas que foram rejeitadas pelo Congresso durante as JJ-2013. Isso se deu porque líderes de partidos políticos e congressistas enxergaram as manifestações como uma oportunidade para: i) tirar proveito e construir uma boa imagem diante do eleitorado, ii) pôr em pauta projetos de seus interesses e iii) obter resultados favoráveis aos seus interesses e de interesse dos manifestantes.

Nesse contexto, no auge dos protestos a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 37/2011104 – foi rechaçada por diversos manifestantes, por ativistas e pela mídia (tradicional e alternativa). Em decisão quase unânime, congressistas rejeitaram a “PEC da impunidade”, que pretendia retirar o poder de investigação do Ministério Público Federal (MPF) e restringir a atribuição à Polícia Federal.

Vale pontuar que uma parte considerável dos parlamentares era favorável à aprovação da PEC 37/2011, uma vez que a proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). No entanto, diante dos protestos e da projeção midiática alcançada pela matéria, a proposta foi pautada pelo plenário de Câmara e rejeitada pela maioria dos parlamentares – 430 votos contrários a aprovação da matéria, 9 votos favoráveis e 2 abstenções.

Constatou-se, também, que 19 requerimentos foram apresentados às mesas do Congresso com pedidos de retirada de assinaturas em apoio a determinados projetos em tramitação e solicitando às presidências da casa a urgência na votação de projetos que contemplavam demandas dos manifestantes.

Observou-se um comportamento similar nas ações de deputados e senadores; por conta da repercussão negativa ou positiva que determinadas proposições adquiriram junto à opinião pública, parlamentares que estavam atentos à pressão das ruas procuraram preservar suas imagens perante o eleitorado de um modo geral.

Constatou-se, por exemplo, que cinco (05) parlamentares protocolaram, durante os protestos e meio à toda a repercussão negativa em torno da PEC 37/2011, a retira de assinaturas em apoio à proposta.

Outra proposta legislativa recusada pelo Congresso (ou comissão especial da Câmara) foi o projeto apelidado “Cura Gay” – Projeto de Decreto Legislativo da Câmara 234 de 2011 (PDC 234/11), de autoria de João Campos, Partido da Social Democracia Brasileira, Goiás (PSDB-GO). A proposta foi retirada de pauta e arquivada pela Câmara.

O projeto foi alvo de muitas críticas e de manifestações contrárias nas ruas de todo o país, de modo que a rejeição do PDC 234 foi uma das principais reivindicações de diversos manifestantes. Ainda no mês de início dos protestos, após o rechaço das ruas e da visibilidade midiática alcançada, o PSDB divulgou uma nota contra o polêmico projeto:

O PSDB manifesta publicamente posição contrária de suas bancadas ao Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual (PSDB, [2013] 2019, n.p.).

Ainda em nota, o PSDB acrescenta:

O partido entende que a proposta, conhecida como “Cura Gay”, representa grave retrocesso nos avanços ocorridos no país para reconhecimento pleno dos direitos humanos e contraria resoluções do Conselho Federal de Psicologia e da Organização Mundial de Saúde (OMS), que, desde 1999, rejeitam a classificação da homossexualidade como doença ou desordem psíquica (PSDB, [2013] 2019, n.p.).

Reportagem do jornal da Folha de São Paulo⁹ diz que o Partido buscou desvincular a imagem do PSDB à do Projeto. Nessa linha, acredita-se que o Partido tenha levado em conta a má repercussão do Projeto, possíveis impactos no resultado eleitoral e a perda de apoiadores. Assim, o partido ponderou e decidiu se posicionar contra o PDC 234/11.

Na época, o líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio, deputado federal pelo Estado de São Paulo, afirmou que: “Graças à pressão das ruas, no entanto, a proposta foi retirada de tramitação por seu autor” (SAMPAIO, [2013] 2019, n.p.).

⁹ Após protestos contra 'cura gay', PSDB divulga nota para se descolar do projeto. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1302032-apos-protestos-contra-cura-gay-psdb-divulga-nota-para-se-descolar-do-projeto.shtml>>. Acessado em 24 de agosto de 2019.

Quadro 03: Impactos políticos das Jornadas de Junho de 2013

Demandas	Proposta Legislativa	Data	Teor	Resultado
Transparéncia e luta contra a impunidade do crime de corrupção	PEC37/2011	25 de junho	Limitaria o poder de investigação do MP e da polícia federal.	Rejeitada. Inalterado.
Torna mais duras as punição por práticas corruptas.	PLS 204/2011	26 de junho	Transforma a corrupção em crime hediondo.	Aprovado. Inalterado.
Controle das finanças públicas	MPV 611/13	25 de junho	Teria autorizado o dispêndio de recursos com infraestrutura de telecomunicações durante a Copa do Mundo da FIFA.	Representante do Congresso recuou sobre a concessão de recursos para a infraestrutura de telecomunicações relacionada à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo de 2014. Caducada.
Mais investimentos e melhoria da educação	PL 323/2007	26 de julho	Destina 100% dos royalties para a educação.	Aprovada com modificações: 75% para educação e 25% para saúde. Inalterado.
Rejeição da "cura gay"	PDC 234/11	02 de julho	Autorizaria o tratamento psicológico para alterar a orientação sexual de homossexuais.	Arquivado. Inalterado.
Accountability	PLS 264/2013	11 de setembro	Estabelece normas para as eleições e proíbe o financiamento de campanhas eleitorais por pessoa jurídica.	Rejeitada pela CCJ por constitucionalidade. Tramitação encerrada.
Accountability	PL3546/2012	03 de julho	Transparéncia no cálculo e nas decisões sobre aumento das tarifas de transporte.	Aprovada na Câmara em 2013. Arquivada ao final da legislatura do Senado, em 2019.

Continua

"LEI ANTICORRUPÇÃO" - Endurecer a punição por práticas corruptas	PLC 39/2013 Iniciativa: Presidência da República	04 de julho	Responsabiliza administrativa e civilmente pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública	Aprovado. Inalterado.
Fim da corrupção	PL5900/2013PLS 204/2011 (Origem: Senado)	05 de julho	Torna a corrupção corrupção em crime hediondo.	Pronta para pauta no plenário da Câmara.
Corrupção	PLS 282/2013	07 de julho	Criminaliza o dinheiro não oficial nas eleições, com prisão de cinco a dez anos e multa	Arquivada. Inalterado.
"PEC DA PARTICIPAÇÃO POPULAR" - Avanço de práticas participativas	PEC 3/2011 Origem: Senado PEC 286/2013 (Câmara dos deputados)	10 de julho	Viabilizar a apresentação de propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular e facilitar a apresentação e a apreciação de projetos de lei respectivos.	Aprovado no Senado em 2013. Arquivada em 2019 pela Câmara.
Transparéncia no processo de tomada de decisão	PEC 349/2001	03 de setembro 13 de novembro	Institui o voto aberto nas decisões do Legislativo Federal.	Aprovada. Inalterado.
Fim da corrupção	PEC 362/2013	04 de dezembro	Cria o Conselho Nacional de Combate à Corrupção	2021: em tramitação.
Transporte público	PEC 90/2011 (Câmara) PEC 74/2013 (Senado)	04 de dezembro	Torna transporte público direito social	Aprovada na Câmara (2013) e no Senado (2015). Inalterado

Fonte: O autor (2021).

Termina.

Algumas das proposições que compõem o Quadro 3 constituem um conjunto de 14 matérias que os presidentes da Câmara e do Senado Federal anunciaram como parte de uma “Agenda Positiva” em atenção às demandas dos manifestantes. Tal iniciativa colocou em pauta na agenda do Congresso Nacional projetos, já em tramitação em ambas as casas, que contemplavam reivindicações que emergiram nas ruas das JJ-2013.

Também, buscou-se avaliar a situação dessas proposições e a sustentabilidade das medidas que foram aprovadas em 2013, bem como o desfecho de propostas que passaram a tramitar em decorrência da pressão das ruas sobre os parlamentares. Constatou-se que as medidas aprovadas (4) e rejeitadas (2) pelas casas legislativas permanecem sem alteração, mas também que proposições sobre o combate à corrupção e reforma política (3) foram arquivadas ou foram aprovadas em uma das casas, remetida para a outra casa e perdeu o prazo para ser votada. Após oito anos, ainda há duas matérias em tramitação ou aguardando um desdobramento final.

A análise realizada sobre essas ações dos poderes instituídos, durante as Jornadas de Junho de 2013, corrobora a existência de uma potência política das ruas nos espaços políticos constituídos (Borges, 2020) e com a literatura especializada dedicada ao tema dos impactos políticos dos movimentos sociais e protestos na política institucional (BOSI, GIUGNI & UBA, 2016; GIUGNI & GRASSO, 2019; GIUGNI, 1999).

Política, estética e comunicação

Na seção anterior, buscou-se evidenciar o potencial da rua como um espaço político. Nessa seção, foi feita uma breve discussão, diante das limitações e do principal propósito do trabalho, sobre uso da rua (substrato material e simbólico) nos processos de confronto político, fundindo política, estética e comunicação.

Pinto (2014, p. 139) ao analisar a Primavera Árabe, o Movimento dos Indignados e Movimento dos estudantes no Chile faz o seguinte questionamento: estamos frente a uma nova forma de fazer política? A indagação é seguida por algumas novidades que, segundo ela, caracterizam esses eventos, dentre elas, destacamos: a relação dessas mobilizações políticas com o espaço público. Para a autora, “[...] há uma apropriação muito original dos espaços públicos que se tornam esferas públicas, no sentido de formação de opinião”.

A ocupação do espaço urbano é, de fato, um dos legados mais importantes deixados pelos protestos e manifestações populares, que desde 2010 redescobriram o poder das ruas e têm convertido os espaços públicos do cotidiano social em espaços políticos aberto. Os espaços físicos e arranjos espaciais das cidades condicionam práticas sociais (Parkinson, 2012; Gomes, 2012) e performances coletivas.

Bucci (2016, p. 30) lembra que a *urbe* é uma planta linguística e que os protestos são comunicação, que “a partir das ranhuras da cidade, projetam mensagens em signos que combinam palavras, imagens e coreografias próprias”. Nesse sentido, as mobilizações políticas comunicam algo, elas transmitem uma mensagem – que pode ser uma opinião pública – mobilizando códigos da ordem urbana. Esta, por sua vez, conforma, contém e expressa uma linguagem própria, mas interfere na construção de contra linguagens (linguagens contra discursivas) dos protestos e manifestações de rua¹⁰.

Considera-se assim, as ruas e praças como um recurso, um produto e como uma prática (sensual, social, política e simbólica) essencial ao processo comunicativo. É a partir da ocupação coletiva dos espaços públicos que se dá a criação de mensagens – exposição de reivindicações e de opiniões públicas. Esse processo envolve a utilização das formas urbanas “(tanto a nível material como simbólico)” (NARCISO, 2009, p. 266).

Nesse sentido, no universo político, o domínio da *polis* é o espaço de encontro, de discussão e de criação e resolução de dissensos. Cria-se, na *urbe*, um espaço do jogo, um campo político onde a atividade política se dá; nele, forças concorrem, disputam e fundam espaços políticos para ação de grupos de indivíduos com interesses comuns. Nesse processo, as formas urbanas e ou os objetos físicos das cidades, cristalizações históricas, constituem um sistema de relações e de práticas sócio-espaciais que animam o cotidiano das cidades.

Alguns estudiosos têm, já há algum tempo, refletido sobre a dimensão espacial da dinâmica social e, de modo especial, têm insistido em destacar as espacialidades intrínsecas às práticas, mobilizações e trajetórias de movimentos sociais e de ações políticas coletivas. Nessa trajetória, LEITER, SHEPPARD E SZIARTO (2008, p. 161) têm fornecido importantes contribuições relativas às espacialidades do confronto político – *contentious politics*.

Estes autores, ao revelarem algumas das múltiplas espacialidades relacionadas às diversas formas de mobilizações políticas no espaço urbano chamam atenção exatamente para a materialidade dos espaços do confronto político, e nos lembram que esses ambientes materiais foram historicamente construídos.

Em sintonia com essa perspectiva, o caso da *Tiananmen Square* (Praça da Paz Celestial), em Pequim, apresentado por Lee (2009) é emblemático. Ao analisar a emergência da praça como um “espaço público de significância político”, Lee revela como transformações espaciais na cidade conjugadas com ações políticas contenciosas foram capazes de forjar um espaço público político, hoje considerado um lugar de memória, um importante espaço e símbolo político, cuja natureza espacial e a

¹⁰ “Os protestos de rua fluem como linguagem” (BUCCI, 2016, p. 114).

historicidade dos fenômenos políticos nele desenvolvido interagem com os esquemas de percepção e ação dos indivíduos.

Lee (2009), em seu estudo, analisa a natureza espacial do local – Praça da Paz Celestial – e demonstra como a morfologia da praça influenciou o episódio de confronto político organizado por estudantes há 30 anos. Nesse sentido, na opinião de Leiter, Sheppard e Sziarto, “esta materialidade regula e media as relações sociais e as rotinas diárias dentro de um lugar, sendo, assim, imbuída de poder”¹¹.

Nessa perspectiva, o confronto político, na perspectiva de McAdam, Torrow e Tilly (2009, p. 11), enquanto prática sócio-espacial, tem início quando:

[...] de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva.

Assim, os repertórios de ação coletiva, *performances* ou demonstrações públicas, eventos, episódios ou fenômenos políticos requerem um local para acontecer, que é condição – suporte material e simbólico – composto por referentes espaciais e formas simbólicas e por uma morfologia específica – , que é, também, reflexo de práticas sociais.

A ação coletiva transforma esses locais em espaços do confronto político, pois a ação política contenciosa exige a ocupação de ruas e praças, subvertendo o conteúdo social desses espaços de sociabilidade. Nesse processo, as demonstrações públicas também são afetadas tanto pela materialidade dos espaços de protesto quanto pelo sistema de significados impregnados nesses ambientes. Além disso, os elementos da *urbe* são utilizados nos atos para a construção e comunicação de mensagens e de opiniões públicas.

Também, nessa perspectiva, Martin e Miller (2001) ao analisarem a relação entre espaço e o *contentious politics* ressaltam como a perspectiva espacial pode nos ajudar a compreender a dinâmica dos eventos relacionados aos processos de ação coletiva.

Esse debate sobre a espacialidade do confronto político é, também, alimentado por Parkinson (2012) quando este, em referência às revoltas no mundo Árabe, defende que apesar do aumento da comunicação política possibilitada pelo uso dos recursos digitais, aquilo que é comunicado envolve pessoas reais que ocupam, compartilham e disputam um espaço físico. De acordo com autor:

Enquanto as revoluções certamente são televisadas, o que a televisão, YouTube, Twitter e outros disseminam são imagens e narrativas de eventos físicos, e não apenas fluxos de

¹¹ No original: This materiality regulates and mediates social relations and daily routines within a place, and is thus imbued with power.

imagens digitais. Os dígitos codificam narrativas e imagens de concursos sobre o espaço físico, realizados por pessoas de carne e osso. O que foi coordenado e comunicado no Cairo em 2011, assim como em Kiev em 2004, não foi virtual, mas a ocupação prolongada e em massa do espaço público pelos cidadãos¹²(p.1-2).

É válido ainda dizer que os espaços do *contentious politics* se constituem em lugares onde se construiu uma imagem ou foram desenvolvida uma notoriedade como espaços de protestos, manifestações e, portanto, de explicitação de tensões e conflitos entre Estado e sociedade civil, e que os eventos do confronto político ocupam lugares e os seus atores interagem com os atributos e objetos dos espaços, a partir de suas práticas e estratégias de ação. Dizer isto equivale ao mesmo que enunciar que a morfologia dos lugares – a *urbe* – importa nos processos de encenação política e construção de uma opinião pública.

Considerações finais

Nos últimos anos, uma série de mobilizações políticas foram realizadas em diversas cidades, em todo mundo, conferindo visibilidade a graves problemas políticos e sociais vividos no mundo contemporâneo – imperfeições da democracia representativa, o divórcio entre Estado e sociedade civil e a existência de uma sólida aliança oligárquica (*lobbies*, políticos de carreira e mercado financeiro) no controle da coisa pública.

Indignados contra a ausência de espírito republicano na vida política, milhares de cidadãos, em todas as regiões do mundo, saíram às ruas e ocuparam praças, convertendo-as em espaços políticos abertos para desafiar governos oligárquicos e corruptos, questionar desigualdades sociais e econômicas, contestar privilégios sociais, reivindicar reformas políticas e soberania popular sobre decisões políticas de amplo interesse social.

Essa onda de confronto político foi, também, composta por movimentos em reação aos desdobramentos da crise financeira global de 2008 e às políticas de austeridades, bem como protestos contra regimes autoritários e por liberdade, justiça socioespacial, governança urbana democrática e direito à cidade, ou seja, “democracia real”, como argumenta Paolo Gerbaudo.

Nesse contexto, o propósito maior do presente trabalho foi contribuir com a renovação da agenda de pesquisa da Geografia Política e apontar para novas possibilidades de análise da dimensão político-espacial dos fenômenos recentes do mundo contemporâneo – movimentos de protestos democráticos.

¹² No original: *While revolutions most certainly are televised, what television, YouTube, Twitter, and others disseminate are pictures and narratives of physical events, not just streams of digital. The digits encodes narratives and pictures of contests over physical space, performed by flesh-and-blood people. What was coordinated and communicated in Cairo in 2011, just as in Kiev in 2004, was not virtual, but the prolonged and mass occupation of public space by citizens.*

O vínculo entre as ruas e a democracia esteve, durante essa onda de protestos, mais explícito do que nunca. Ao mesmo tempo, essas mobilizações revelaram que há um mal-estar democrático caracterizado por um processo de ‘des-democratização’ de algumas nações, mas, também, mostraram que a democracia ainda é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais, haja vista o grande número de países árabes em que houve revoltas por democracia.

Buscou-se, por meio da análise do fenômeno político representado pelas Jornadas de Junho de 2013, demonstrar, minimamente, a importância da rua para as sociedades, pois a intencionalidade da ação política e as ações e performances públicas encenadas pelo cidadão indignado fazem dos espaços abertos das cidades um recurso democrático para a instituição de mudanças (culturais, sociais e políticas).

A análise empírica dos atos do Congresso Nacional e da presidência no decorrer do período analisado revelam mudanças na agenda de trabalho dos poderes legislativos e executivo em atenção à efervescência das ruas durante as Jornadas de Junho de 2013. Os exemplos mencionados no decorrer do artigo revelam, em primeiro lugar, um impacto político inquestionável das ruas e praças: a permanente capacidade de desafiar as autoridades e impulsionar ações – reações dos poderes instituídos, seja na forma de declarações à impressa ou ao movimento ou também no anúncio de medidas em respostas às vozes das ruas.

Por exemplo, constatou-se que, diante do clamor das ruas por reformas políticas, as presidências da Câmara e do Senado anunciaram “agendas positivas”, cujos objetivos eram dar celeridade à tramitação de propostas legislativas que, de algum modo, contemplassem as demandas dos manifestantes.

Assim, a potência dos espaços políticos das ruas que se traduz na permanente capacidade de desafiar as autoridades e impulsionar ações – reações dos poderes instituídos, seja na forma de declarações à impressa ou em negociações com manifestantes, como também no anúncio de medidas em respostas às vozes das ruas.

Em segundo lugar, as vozes das ruas ecoaram nos espaços políticos exclusivos (Parlamento), e ecoaram no Congresso Nacional brasileiro tanto em discursos e falas de parlamentares, que se utilizam dos protestos para cobrar ações por parte dos seus pares, como também na apresentação de projetos de leis e requerimentos de votação de projetos que versassem sobre demandas dos manifestantes.

Constatou-se que proposições políticas (projetos) que estavam em tramitação na Câmara, há anos (“engavetadas”), voltaram a ser analisadas com maior celeridade, e, também, medidas administrativas foram aceleradas em virtude do barulho das ruas e dos seus ecos políticos na opinião pública.

A potência política das Jornadas de Junho de 2013 também foi sentida no resultado de votações de polêmicos projetos, que durante os protestos conquistaram ampla repercussão midiática, a exemplo da PEC 37/2011, cujo índice de rejeição aumentou desde o início das manifestações. Essa Proposta de Emenda à Constituição obteve a maioria dos votos dos deputados contra a aprovação do projeto.

Buscou-se, assim, destacar a existência de uma conexão explícita entre os espaços do poder instituinte e os espaços do poder instituído, e que espaço e política são indissociáveis. Explicitou-se, a partir do levantamento, sistematização e análise do material empírico, que há uma potência das ruas dos indignados – espaço político aberto (substrato material e simbólico) – no processo político, e que a política contenciosa funde, a um só tempo, comunicação, estética e política.

Referências

- AMENTA, E et al.. *The Political Consequences of Social Movements*. Annual Review of Sociology. 2010; 36:287-307.
- BORGES, S. *Espaços políticos e a democracia: as ruas das jornadas de junho de 2013 e seus impactos político-institucionais*, 2020. 188f. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- BOSI, L; GIUGNI, M; UBA, K. *The Consequences of Social Movements*. In: Bosi L, Giugni M, Uba K, eds. *The Consequences of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press; 2016.
- BUCCI, E. *A forma bruta dos protestos*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CASTELLS, M. *Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO, I. E. *Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer?* Revista Geografafas, julho-setembro, 2018a.
- _____. *Espaço político*. Revista GeoGraphia, v. 20, n. 42, 2018b. GIUGNI, M; M. T. GRASSO. *Street Citizens: Protest Politics and Social Movement Activism in the Age of Globalization*. Cambridge University Press, New York, NY; Cambridge, United Kingdom, 2019.
- GERBAUDO, P. *The mask and the flag: populism, citizenism and global protest*. Oxford University Press, 2017a.
- GIUGNI, M. *How social movements matter: past research, present problems, future developments*. In: Marco Giugni, Doug McAdam, and Charles Tilly (Ed.). *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p. xiii-xxxiii.
- HARVEY, D. *Rebel cities. From the right to the city to the urban revolution*. London – New York: Verson, 2012.
- JASPER, J. M. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- LEE, N. *How is a political public space made? - The birth of Tiananmen Square and the May Fourth Movement*. *Political Geography*, v. 28, n. 1, pp. 32–43, 2009.
- LEITNER, H; SHEPPARD, E; SZIARTO, K. M. *The spatialities of contentious politics*. Journal compilation Royal Geographical Society (with The Institute of British Geographers) 2008.
- MACHADO FILHO, G.F. *Espaços da política: a relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas*. 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

- MARTIN, D. G; MILLER, B. *Space and contentious politics*. Mobilization: An International Journal 8(2): 143-156
- MCADAM, D; TOLLOW, S; TILLY, C. *Para mapear o confronto político*. Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009.
- MELINA, L. RUSKAI. *Being the Change: Protest as Performative Discourse in the Occupy Portland Encampment. Global Discourse* 4, no. 2–3, 2014: 308–22.
<https://doi.org/10.1080/23269995.2014.903719>.
- MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- NARCISO, Carla A. F. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 9, n. 2, p. 265-291, 2º semestre de 2009.
- OLIVEIRA, F. *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*. In: Oliveira, Francisco de e Rizek, Cibele Saliba (ORGs.). *A era da indeterminação*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007, p. 15-45.
- PARKINSON, J.R. *Democracy and Public Space: the physical sites of democratic performance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- PINTO,C.R.J. *Movimentos Sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política?* In: Maria da Glória Gohn. (Org.). *Movimentos Sociais na Era Global*. 1ed. Petropolis: Vozes, 2012, v., p. 55-70.
- PSDB. Nota oficial do partido. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/accompanhe/nota-oficial-do-partido/>>. Acessado em: 15 de julho de 2019.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org; Ed. 34. 2005. 72 p.
- ROSANVALLON, P. "Há uma revolução interna no capitalismo". Revista IHU, 2019.
- SERPA, A.S.P. *Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea*. Mercator (Fortaleza. Online), v. 12, p. 23-30, 2013.
- SCHERER-WARREN, I. *Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI*. Política & Sociedade, v. 13, p. 13, 2014.
- SORJ, Bernardo. *Entre o local e o global*. In: Rubens Figueiredo (Org). Junho de 2013. São Paulo: Summus, 2014.
- TARROW, S. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Rev. & updated 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press; 2011.
- TOGNOZZI, M.S. *A força das redes sociais*. In: Rubens Figueiredo (Org). Junho de 2013. São Paulo: Summus, 2014.